



Processo n.º: 21.542/14

Origem: Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

Assunto: Auditoria de regularidade.

Ementa: Auditoria de regularidade na Secretaria de Estado de Fazenda. Sefipe pugna por determinação ao jurisdicionado. Aquiescência parcial do Ministério Público. Voto convergente com o Ministério Público.

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria de regularidade na Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, nos termos mencionados na ementa.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A manifestação do órgão instrutivo está vazada nos seguintes termos:

2 RESULTADO DA AUDITORIA

11. A auditoria dos processos e registros funcionais das concessões apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07) consistiu na análise da regularidade dos aspectos financeiros iniciais constantes dos abonos provisórios e/ou títulos de pensão, avaliando se as rubricas e os valores lá fixados guardavam consonância com a carreira, cargo, classificação funcional, modalidade de aposentadoria ou pensão e estrutura remuneratória vigente quando da concessão. Ultrapassada essa fase, a equipe designada passou ao exame dos pagamentos atuais da amostra selecionada. Com o intuito de obter respostas às questões de auditoria elaboradas, foram indagados os gestores responsáveis pelos setores envolvidos, objetivando identificar as razões para os procedimentos adotados pela jurisdicionada, bem como realizada uma análise segura frente à legislação aplicável, em face das decisões e entendimentos firmados por esta Corte de Contas.

12. A Nota de Auditoria nº 01 (fls. 18/20) objetivou trazer respostas às Questões de Auditoria (QA's) formuladas no parágrafo nº 7, constantes da Matriz de Planejamento (fls. 11/14), materializadas na Matriz de Achados (fls. 15/17).

2.1 Questão de auditoria 01

A SEF tem cumprido as determinações do e. Plenário nos casos das concessões julgadas 'legais com recomendação posterior' e nos casos das concessões julgadas 'ilegais'?

2.1.1 Achados de Auditoria

Não cumprimento de alguns itens constantes das Decisões



proferidas pela Corte, com adoção de providências posteriores em virtude dos trabalhos de auditoria.

2.1.1.1 Análises e Evidências

13. Em resposta à Nota de Auditoria nº 01, Anexo I (fls. 18/20), a jurisdicionada disponibilizou os processos com determinação de providências posteriores, os quais se encontram segmentados no Quadro I a seguir. Não foram constatados casos de decisão considerando aposentadorias ou pensões ilegais no período analisado. Registre-se que a documentação comprobatória do atendimento às recomendações plenárias, extraídas dos respectivos autos do GDF, encontra-se na Pasta Corrente da Auditoria.

14. A seguir, relacionaremos os processos integrantes da auditoria, conjugado com as providências adotadas pela jurisdicionada.

(...)

15. No transcurso da auditoria verificou-se que o servidor inativo **Dionísio Tavares da Câmara**, matrícula nº 01102036, interpôs Pedido de Reexame contra a determinação disposta no item II da Decisão nº 3459/2013. O Tribunal tomou conhecimento do recurso no efeito suspensivo, cientificando ao representante do interessado que ainda pende de análise o mérito do referido recurso, a teor da Decisão nº 4505/2014. Assim, por pertinência, o assunto poderá ser objeto de verificação em roteiro de futura auditoria.

16. No Processo nº 10.350/13, que trata da aposentadoria de **Haley Dias Galeotti**, matrícula nº 46.372-8, verificou-se que a jurisdicionada deu cumprimento ao item II, alíneas a e b da Decisão nº 3.754/2013, no sentido de juntar aos autos declaração da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB, inerente ao período de 13.12.90 a 01.8.95. O abono de permanência foi deferido com base no § 19, do artigo 40 da Constituição Federal, a partir de 14.06.2009, sem utilizar o período de licença-prêmio.

17. Quanto ao Processo nº 25374/2011, que trata da aposentadoria de **Valda Roseno Benvindo**, matrícula nº 21.924-X, o Tribunal, por meio do item III da Decisão nº 1694/2013, determinou à jurisdicionada envidar esforços para comunicar à servidora que poderá apresentar razões de defesa contra a redução de proventos causada pelo cálculo da parcela do ATS em 28%. Nos autos originários verificou-se que a jurisdicionada adotou as providências devidas.

18. Com relação à pensão instituída por **Itamar Jardim Lopes**, Processo nº 37.470/11, beneficiários **Philippe Santos Lopes Jardim e Vania Maria dos Santos**, nota-se que a jurisdicionada calculou a pensão com esteio na Decisão nº 4491/2012, proferida no Processo nº 28.535/2011, conforme determinado no item II da Decisão nº 4543/2012.

2.1.1.2 Causas e Efeitos

19. Do cotejo dos itens de verificação definidos na Matriz de Planejamento com os critérios de auditoria vigentes, verificou-se



satisfatoriedade no atendimento às determinações objeto das decisões proferidas por esta Corte de Contas.

(...)

2.2 Questão de auditoria 02

Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07), encontram-se regulares?

2.2.1 Achados de Auditoria

Os aspectos financeiros das concessões apreciadas pelo Tribunal, à luz da Decisão nº 77/2007, correspondem, em sua maioria, às disposições legais que regem a estrutura remuneratória das carreiras da SEF.

2.2.1.1 Análises e Evidências

21. A auditoria dos processos e registros funcionais das concessões apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07) consistiu em analisar a regularidade dos aspectos financeiros iniciais constantes dos abonos provisórios e/ou títulos de pensão, cotejando se as rubricas e os valores lá fixados guardavam consonância com a carreira, cargo, classificação funcional, modalidade de aposentadoria ou pensão e estrutura remuneratória vigente quando da concessão.

22. Em resposta à NA nº 001 – 21.542/2014 (fls. 18/20) a jurisdição disponibilizou os processos relacionados.

23. Do exame desses processos, foi possível aferir a exatidão dos registros, verificando-se a regularidade dos cálculos lançados nos abonos provisórios/títulos de pensão, à exceção de alguns pagamentos atuais verificados junto ao SIGRH, conforme quadro II a seguir.

(...)

24. Em relação aos aposentados **Hélida Lozi Ferreira**, matr. 252220, **Humberto Montania Netto**, matr. 463078, e **Magna Maria dos Santos de Medeiros**, matr. 310107 ao confrontar os valores registrados nos abonos provisórios com os **pagamentos atuais** verificou-se impropriedade com o valor da parcela de ATS, pois manteve-se inalterada diante das modificações sofridas pelos valores dos proventos. A gerente de inativos, após examinar a situação, alegou falha no cadastramento dos servidores no SIGRH, ao passar da condição de ativo para inativo, vez que na condição de cálculo afeta ao módulo PAGMOV do citado sistema consignou-se 0(zero), que mantém o valor inalterado, fls. 21/23.

25. A citada falha sistêmica poderia ter sido descoberta pelo órgão setorial de pessoal, por meio de rotineiras operações do SIGRHWEB, extrator de dados do SIGRH.

26. No tocante às parcelas de décimos incorporados, destaca-se sua transformação em VPNI, nos termos do artigo 5º da Lei nº



4.584/2011, verbis:

‘Art. 5º Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI a parcela de que trata o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 1.864, de 19 de janeiro de 1998.

Parágrafo único. À vantagem pessoal de que trata este artigo aplica-se, exclusivamente, o mesmo índice de reajuste do nível de DF, CNE ou outro símbolo de correspondência remuneratória de que ela se originou.’

27. Do exame nos pagamentos atuais dos servidores elencados na NA nº 01, verificou-se a percepção da aludida VPNI nos seguintes casos:

(...)

28. A vantagem foi atualizada em 10% pela Lei nº 2.933/2002, posteriormente em 1% pela Lei nº 3.172/2003 e, por fim, de acordo com os índices definidos na Circular nº 04/2011 da SEAP, que regulamentou a aplicação dos reajustes desta VPNI.

29. Ocorre que a redação do parágrafo único do artigo 5º, que prevê a vinculação automática dos reajustes concedidos aos cargos comissionados às parcelas pagas a título de VPNI foi questionada judicialmente, sob o argumento de inconstitucionalidade, por vício formal, uma vez tratar-se de dispositivo alterado por emenda parlamentar, com aumento de despesa não prevista em projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. A ADI 2012.00.2.023636-5, ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios no TJDF, foi autuada em 10.10.2012 e o parágrafo único do artigo 5º declarado inconstitucional pelo Conselho Especial em 26.02.2013 (DJ de 07.03.2013), como se vê:

‘AÇÃO DIRETA DE CONSTITUCIONALIDADE. ADMINISTRATIVO. LEI N. 4.584/2011. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. VPNI PAGA AOS OCUPANTES DE CARGOS COMMISSIONADOS. EMENDA PARLAMENTAR. AUMENTO DE DESPESA. VINCULAÇÃO OU EQUIPARAÇÃO DE ESPÉCIES REMUNERATÓRIAS. INCONSTITUCIONALIDADE. MODULAÇÃO DE EFEITOS DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE.

1.Gera inconstitucionalidade formal a emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo que importa aumento de despesa não previsto.

2.A vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias ou para efeito de remuneração de pessoal do serviço público é vedada pelo art. 19, inciso XII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e art. 37, inciso XIII, da Constituição Federal.

3.Tendo em conta a natureza alimentar do reajuste instituído e a presunção de boa-fé daqueles que o perceberam, há que se empregar efeitos ‘ex nunc’ à declaração de inconstitucionalidade.

4. Servidor público não possui direito adquirido a preservar fórmula de reajuste, pois não existe direito adquirido a regime jurídico.

5.Pedido julgado procedente para declarar a inconstitucionalidade do artigo 5º, parágrafo único, da Lei distrital n. 4.584/2011, todavia, nesta



parte, permanecerá o efeito 'ex tunc', haja vista o não alcance do 'quorum', conforme art. 27 da Lei n. 9.868/99. (Acórdão n. 659169, 20120020236365ADI, Relator SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, Conselho Especial, julgado em 26/02/2013, DJ 07/03/2013 p. 234)"

30. *Pende de julgamento, ainda, recurso extraordinário interposto pelo Distrito Federal em face do referido acórdão. Assim, a jurisdicionada, após o trânsito em julgado da ADI 2012.00.2.023636-5, deverá adotar as providências cabíveis quanto ao reajuste da parcela décimos dos servidores relacionados no Quadro III (vide § 27), bem como em casos análogos.*

2.2.1.2 Causas e Efeitos

31. *Do cotejo dos itens de verificação definidos na Matriz de Planejamento com os critérios de auditoria vigentes, foi possível aferir, na maioria dos casos, a exatidão dos registros, verificando-se a regularidade dos cálculos lançados nos abonos provisórios/títulos de pensão, porém, quanto aos pagamentos atuais obtidos junto ao SGRH, verificou-se incongruência em relação a três servidores aposentados. A falha poderia ter sido detectada tempestivamente se o órgão setorial de pessoal tivesse utilizado com mais frequência o SGRHWEB, extrator de dados do SGRH.*

(...)

2.3 Questão de auditoria 03

Estão corretos os procedimentos adotados pela SEF para o pagamento em pecúnia de períodos de licenças-prêmio adquiridos e não usufruídos ou computados para fins de concessão de abono de permanência ou aposentadoria?

2.3.1 Achados de Auditoria

Evidência da regularidade na concessão dos benefícios, apurada via auditoria de sistemas e análise documental, o que indica a consistência dos procedimentos adotados pela jurisdicionada.

2.3.1.1 Análises e Evidências

33. *A licença-prêmio não usufruída e não contada para outros efeitos pode ser convertida em pecúnia, conforme autoriza o artigo 142 da LC nº 840/2011.*

34. *Antes de adentrar na metodologia propriamente dita, considerou-se pertinente certificar-se sobre os procedimentos internos da jurisdicionada na concessão dos benefícios. Desse modo, obteve-se informação junto aos gestores da Secretaria de Fazenda de que a concessão de abono de permanência se dá em processo próprio, assim como ocorre com a conversão da licença-prêmio em pecúnia.*

35. *Com suporte em relatórios obtidos via SGRHWEB, alcançou-se o número de 189 (cento e oitenta e nove) servidores e pensionistas da Secretaria de Fazenda contemplados com a concessão de abono de permanência e/ou a conversão em pecúnia de períodos de licença prêmio (rubrica 2034), num total de R\$ 22.724.940,22 (Vinte e dois*



milhões, setecentos e vinte e quatro mil, novecentos e quarenta reais e vinte e dois centavos). Em virtude do tamanho do escopo, procedemos à análise de amostra selecionada de 40 (quarenta) concessões, conforme indicado no Anexo II da NA 001, fls. 18/20. Dessa listagem foram excluídos cinco servidores, haja vista pertencerem a carreira de Gestão Fazendária¹. Então foram examinados 35 (trinta e quatro) casos, correspondendo a R\$ 4.289.883,57 (quatro milhões, duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e sete centavos). Desses, foram considerados regulares os casos dos servidores/pensionistas elencados no quadro IV a seguir.

(...)

36. Na verificação dos casos acima, colhemos dados dos sistemas SIGRH e SIGRHWEB relativos às datas de aposentadoria, aos períodos de licença-prêmio não usufruídos, ao valor percebido a título de conversão de licença-prêmio em pecúnia e ao último contracheque anterior à aposentadoria, excluindo-se parcelas não incorporáveis.

37. A seguir, verificou-se a convergência entre os valores referentes ao saldo de licença-prêmio não usufruído (SIGRH, tela CADLAR35) e à conversão em pecúnia (SIGRHWEB, rubrica 2034). Divergências indicariam que ao menos parte do saldo foi usada para contagem do tempo em dobro para fins de concessão de abono de permanência/aposentadoria, ou teria havido erro no pagamento pela jurisdição ou, ainda, inconsistência nos lançamentos feitos no SIGRH.

38. Deve-se ressaltar que não foi possível fazer a auditoria exclusivamente pelos dados constantes no SIGRH e no SIGRHWEB, pois não é lançado no SIGRH o destino do saldo de LPA não usufruído pelo servidor (se contado em dobro para aposentadoria ou se convertido em pecúnia). Assim, constata-se que os dados constantes no sistema SIGRH nem sempre refletem com fidedignidade o saldo de licença-prêmio a ser convertido em pecúnia, o que configura falha nos procedimentos da jurisdição. Com isso, foram analisados também os processos físicos de abono de permanência e conversão de licença-prêmio em pecúnia da amostra selecionada.

39. Assim, pode-se afirmar que a verificação das normas aplicáveis ao caso foi empreendida via auditoria de sistemas (SIGRH e SIGRHWEB) e via análise documental dos processos relativos ao abono de permanência e conversão da licença prêmio em pecúnia.

BASE DE CÁLCULO E MÊS DE REFERÊNCIA

40. Cumpre mencionar o entendimento vigente, firmado pelo TJDFT, sobre as parcelas que devem ser convertidas em pecúnia e qual o mês de referência a ser utilizado.

¹ Ver Nota de Rodapé nº 1.



'A base de cálculo para a conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída é a remuneração percebida pelo servidor à época da aposentadoria, compreendendo essa o vencimento do cargo mais as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em Lei.' (20040110328334APC, Relator Nívio Geraldo Gonçalves, DJ de 23/06/2008; 200901100315582APC, Relator Cruz Macedo, DJ de 02/02/2011; e 20100111566034APC, Relator João Egmont, DJ de 06/10/2011). Grifou-se.

41. *Como mês de referência a ser usado para o cálculo da conversão da licença-prêmio em pecúnia, deve-se entender aquele vigente à data da aposentadoria e não o mês anterior. Assim, caso uma nova tabela de remuneração entre em vigor no mês da aposentadoria, o servidor fará jus à conversão de pecúnia com base nesses novos valores vigentes e não os constantes no contracheque do mês anterior. Ainda sobre o tema, reafirmando o posicionamento do precedente supramencionado, em recente julgado, assim se manifestou o TJDFT:*

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO DE CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO USUFRUÍDA EM PECÚNIA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. *O servidor aposentado faz jus ao valor relativo à licença-prêmio não usufruída, sob pena de enriquecimento sem causa da Administração Pública.*

2. *A base de cálculo deverá ser a remuneração recebida no mês de exoneração.*

[...]

(Acórdão n.629670, 20120110241279ACJ, Relator: JOÃO FISCHER, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 09/10/2012, Publicado no DJE: 29/10/2012. Pág.: 196).

(Grifou-se).

42. *Sobre a base de cálculo, nos termos da LC nº 840/2011, pode-se entender as vantagens pecuniárias permanentes como aquelas relativas ao cargo (art. 76) e as relativas ao servidor (a exemplo do ATS e da VPNI, conforme os arts. 88 e 90). As demais parcelas não devem incidir, portanto, para fins da conversão em pecúnia das licenças-prêmio. O TJDFT já se manifestou especificamente sobre a não inclusão de auxílio-alimentação e adicional noturno na base de cálculo, nos seguintes termos:*

Se o auxílio alimentação e o adicional noturno são verbas indenizatórias devidas ao servidor em atividade não podem compor a base de cálculo para ressarcimento de licença-prêmio não gozada paga após a exoneração do servidor. (Acórdão nº 632707, 20120110367095ACJ, Relator: WILDE MARIA SILVA JUSTINIANO RIBEIRO, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 23/10/2012, Publicado no DJE: 08/11/2012. Pág.: 218)

APROVEITAMENTO DE PERÍODOS

43. *Quanto à conversão de períodos já usufruídos ou contados para fins de aposentadoria ou abono de permanência, há posição consolidada desta Corte e do TJDFT quanto à impossibilidade de conversão em pecúnia, como se vê:*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

'O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu:

a) conhecer da consulta, formulada pela Polícia Civil do Distrito Federal, por observar o disposto no art. 194 do RI/TCDF;

b) cientificar à jurisdicionada acerca da possibilidade jurídica de conversão em pecúnia de licença-prêmio não gozada e não contada para quaisquer outros efeitos, em face da aposentação de servidor, providência que deverá ser implementada sem olvidar-se da disposição contida no art. 7º da Lei Federal nº 9.527/1997 e do prazo prescricional estabelecido no Decreto nº 20.910/1932, cujo termo "a quo" é a data de publicação do ato de aposentadoria;

[...]

(Decisão TCDF nº 1152/2005. Processo nº 3296/2004)

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

[...]

II - recomendar à Secretaria de Estado de Saúde do DF que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) no caso das licenças-prêmio terem sido consideradas para concessão de abono de permanência e, posteriormente, convertidas em pecúnia, providenciar o levantamento dos valores recebidos em decorrência da referida conversão, para fins de ressarcimento ao erário;

[...]

(Decisão TCDF nº 1935/2012. Processo nº 2233/2012)

[...]

3. O servidor que, ao se aposentar, não desfrutou da totalidade das licenças-prêmio a que tinha direito nem utilizou-as para efeito de aposentadoria, faz jus ao recebimento do benefício, convertido em pecúnia, sob pena de enriquecimento ilícito da administração.

4. Havendo prova de que o tempo referente às licenças-prêmio não usufruídas foi utilizado para a contagem de tempo para aposentadoria e a concessão de abono de permanência, incabível sua conversão em pecúnia.

[...]

(Acórdão nº 760429, 20130110174207APO, Relator: SIMONE LUCINDO, Revisor: FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, Data de Julgamento: 12/02/2014, Publicado no DJE de 19/02/2014, p. 91)

[...]

1- Os servidores do Distrito Federal fazem jus ao usufruto de três meses de licença-prêmio por assiduidade, a cada cinco anos de exercício ininterruptos, sendo certo que o pedido formulado por servidor aposentado, de conversão em pecúnia do período de licença-prêmio não usufruído e não contado em dobro para efeito de contagem de tempo de serviço, encontra agasalho na disposição contida no artigo 87, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, na redação aplicável, em combinação com a Lei Distrital nº 197/91, aplicáveis ao caso, pois, do contrário, dar-se-ia o enriquecimento sem causa da Administração Pública.

[...]



(Acórdão nº 715777, 20090110084837APC, Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Revisor: JOÃO EGMONT, 5ª Turma Cível, Data de Julgamento: 25/09/2013, Publicado no DJE de 30/09/2013, p. 141)'

44. Não foram verificados casos de irregularidades em relação a esses tópicos nos casos examinados.

PAGAMENTOS INDEVIDOS

45. No pertinente à limitação do teto remuneratório, trata-se de exigência constitucional, com precedentes no âmbito judicial (v.g. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo²). Não se pode olvidar que a observância do teto também está expressa na LC nº 840/2011 para parcelas remuneratórias e indenizatórias, como, por exemplo, remuneração, décimo-terceiro e indenização de férias, indicando que o mesmo parâmetro deve ser observado na conversão de LPA em pecúnia.

46. Na amostra examinada, foram apuradas algumas ocorrências de cálculos com base em remuneração superior ao teto remuneratório então vigente (fls. 24/37), levando a inferir existência de impropriedades em relação a esse ponto no órgão. Os casos verificados na amostragem constam do quadro seguinte.

(...)

2.3.1.2 Causas e efeitos

47. É razoável admitir, portanto, que a regularidade da maioria dos procedimentos de conversão em pecúnia de LPA dos servidores se deve aos controles efetivos dos setores responsáveis pelo levantamento de tempo de contribuição, concessão e fruição de licença-prêmio e de abono de permanência, resultando na consistência dos pagamentos da LPA convertida em pecúnia, na veracidade e fidedignidade dos registros respectivos, sendo detectada apenas a impropriedade no cálculo daqueles que percebiam valores superiores ao limite remuneratório dos servidores do DF, contrariando o disposto na LC nº 840/11 e jurisprudência dos tribunais.

(...)

2.4 Questão de auditoria 04

Os pagamentos de parcelas remuneratórias a servidores ativos, inativos e pensionistas estão sendo realizados em conformidade com a legislação vigente?

2.4.1 Achados de Auditoria

Vencimentos e proventos básicos calculados corretamente, partindo-se da premissa de que os cargos classes e padrões cadastrados no SIGRH estão corretos.

² Apelações n.ºs 0029205-32.2011.8.26.0053, 0029205-32.2011.8.26.0053 e 0030745-18.2011.8.26.0053 e na Apelação/Reexame Necessário nº 0002070-11.2012.8.26.0053 (TJSP).



Vantagem judicial (URP/89 – 26,06%) pendente de mérito incidindo para ATS.

Providências parciais do órgão de origem face às determinações judiciais acompanhadas consoante deliberado na Decisão nº 1536/2013 no Processo nº 8030/2009.

ATS com valor incorreto decorrente de condição de cálculo registrado no SIGRH.

2.4.1.1 Análises e Evidências

49. Em face da ocorrência citada no §24, pesquisamos no SIGRHWEB, **extrator de dados do SIGRH**, situações que evidenciassem impropriedades no pagamento de ATS para ativos, inativos e pensionistas.

50. Constatou-se a situação de dois servidores aposentados da SEF que embora atualmente estejam percebendo corretamente o pagamento da parcela de ATS, nos anos anteriores perceberam valores a menor de ATS, relacionados com o indevido registro da condição de cálculo do módulo PAGMOV do SIGRH, quais sejam: **Ageu Ferreira de Oliveira**, matr. 00213829 (exercícios de 2011, 2012 e 2013) e **João Wagner de Freitas Quaresma**, matr. 00463515 (exercícios 2011 a 2014), fls. 38 e 39. Nesses casos não detectamos providências da SEF para examinar e/ou regularizar os referidos pagamentos a menor realizados.

51. Merece ressaltar que a ocorrência decorre de inobservância do setorial de pessoal da SEF às rotinas de verificação de regularidade das informações dispostas no SIGRH, antes do fechamento da folha de pagamento, de que trata o artigo 1º da Portaria SEAP nº 32, de 3/5/2011.

52. Por pertinência, tendo em conta que o problema com o registro da condição de cálculo zero (0), que mantém o ATS inalterado para inativos, pode ter repercutido para outras Unidades Administrativas – UA's do SIGRH, estendemos as apurações no SIGRHWEB, empresa 990, IPREV, constatando os casos a seguir relacionados.

(...)

53. Com relação ao quadro acima, os casos afetos à UA 40 (Defensoria Pública) foram objeto de apreciação no Processo nº 11.814/2014-TCDF, que trata de auditoria realizada na Defensoria Pública. Tendo em conta que a ocorrência acima alcançou outros órgãos do GDF, para fins de resolução, faz-se necessário dar conhecimento à SEAP, órgão gestor de pessoal do GDF (art. 15 do Decreto nº 21.170, de 05/05/00, c/c art. 27 do Decreto nº 32.716, de 1º/1/11), para que cientifique os órgãos envolvidos acerca da aludida ocorrência no SIGRH, com vistas à regularização cabível, bem assim reitere aos órgãos maior observância às rotinas indicadas na Portaria nº 32, de 3/5/2011, para evitar pagamentos irregulares de ATS.

54. Verificou-se também que os servidores **Antonia Iraide Alves Bizerra**, **Antonio Lacerda Azevedo**, **Carlos Resende Pinto** e **Roberto Magno de Matos** (ativos), bem assim **Aldenora Ferreira**



da Costa, Maria Betania Mota Pinto, Nazare Torres de Almeida Pinto e Nizeth Barreira Lustosa (inativos³) percebem ATS com incidência sobre o somatório de vencimento/proventos e parcela de URP fevereiro/89, rubrica 1256 no SIGRH. É oportuno assinalar que tais servidores foram alcançados pela Lei nº 14^a, de 30/12/88, pois como estavam lotados na Coordenação de Orçamento do Detran, por opção, e mediante aprovação em processo seletivo foram migrados para órgãos setoriais de orçamento do GDF, em cargos de Analista de Orçamento e de Técnico de Orçamento. A vantagem URP decorre de decisão judicial obtida enquanto funcionários do Detran, porém, com a migração para a SEF a vantagem foi mantida. A PGDF por meio de processo administrativo solicitou a exclusão de tal parcela, visto que a URP foi obtida em sentença trabalhista (Detran) tornando-se inaplicável na nova estrutura remuneratória da SEF. Posteriormente tais servidores impetraram Mandado de Segurança junto ao TJDF, Processo nº 2009.01.1.082.735-9, obtendo liminar por força do Agravo nº 2009.00.2.013463-2, garantindo o recebimento de valores até que haja decisão final sobre a matéria.

55. De modo a facilitar o acompanhamento das providências adotadas pelo órgão, no tocante ao desfecho da citada ação judicial envolvendo inativos e especialmente ativos, sugere-se ao Tribunal autorizar a inclusão do assunto, em roteiro de futura auditoria, já que o writ encontra-se aguardando deliberação do STF sobre a matéria (APO 2009.01.1.082.735-9).

OUTROS ASSUNTOS

56. Na Decisão nº 1536/2013, proferida no Processo nº 8030/2009 (AUDITORIA ANTERIOR), foram determinadas providências ao órgão de origem, cujo cumprimento seria objeto de verificação em futura auditoria. No presente procedimento foram apuradas informações sobre o andamento das medidas elencadas, consoante se passa a relatar.

*57. Com referência à servidora **Silmar Batista Lacerda** (Processo nº 040.008293/2003) dever-se-ia acompanhar o desfecho do Mandado de Segurança nº 2003.00.2.007536-3, após o que o órgão adotaria as providências pertinentes, dando conhecimento ao Tribunal. O referido feito judicial teve seu trânsito em julgado em 19.12.2013 (fl. 40), com decisão favorável à impetrante (fl. 41). O valor da referida parcela está em consonância com esse pronunciamento (fl. 42).*

*58. No caso do servidor **Antônio Carlos Dias Almeida** (Processo nº 040.000399/19910 – GDF) deveria ser acompanhado o desfecho de recurso administrativo interposto pelo interessado para afastar o ressarcimento de diferença a maior percebida a título de*

³ **Inativos:** Aldenora Ferreira da Costa(Sirac, aguardando análise); Maria Betania Mota Pinto, Nazare Torres de Almeida Pinto e Nizeth Barreira Lustosa.

⁴ Cria no Quadro de Pessoal do DF a Carreira Orçamento e seus cargos, fixa os seus vencimentos e dá outras providências.



quintos/décimos incorporados (item II.2). Constatou-se que ele buscou a via judicial para anular o ato que modificou a alteração da vantagem e para restituição do que fora descontado (Processo nº 2011.01.1.171909-0 – fls. 43/48). Nessa esfera, logrou êxito parcial para fazer cessar o ressarcimento, bem como serem devolvidos os valores já descontados (fl. 44). Esse feito judicial foi devidamente encerrado e arquivado (fl. 46). Expediente foi encaminhado ao Núcleo Financeiro de Pessoal Ativo para as providências que o caso requer (fl. 47/48).

59. Quanto à pensionista **Delma Guedes Ferreira** (Processo nº 030.000979/1992 – GDF), tratava-se de verificar as medidas adotadas para fins de ressarcimento dos anuênios percebidos a mais (item II.3). O procedimento foi sustado por meio do Mandado de Segurança nº 2010.01.1.190870-5 (fl. 49), em decisão que transitou em julgado em 07.02.2012 (fls. 50).

60. Em relação ao servidor **Roldão Alves dos Reis** (Processo nº 055.022322/1999-GDF), devia se proceder ao ressarcimento do recebido em decorrência do ajuste da proporcionalidade dos proventos de 35/35 para 30/35 avos. Houve a apuração pertinente e foram feitos descontos de parcelas a partir de janeiro de 2014, conforme item “II.4.a” da Decisão nº 1536/13 (fls. 51/64). Todavia, não se constatou a compensação com os valores descontados anteriormente no período de dezembro de 2003 a fevereiro de 2007, no total de R\$ 20.903.95, consoante determinado no item “II.4.b” da referida decisão, o que deve ser providenciado com brevidade.

61. Em atendimento à recomendação para a jurisdicionada concluir seu novo regimento interno (item III da referida Decisão nº 1536/13), foi editado o Decreto nº 35.565, de 25.06.2014, publicado no DODF de 27.06.2014, retificado no de 06.08.2014, que aprova o regimento interno da Secretaria da Fazenda.

62. Em resposta ao item IV, a responsável pela Gerência de Benefícios informou que tem seguido as orientações constantes das Decisões nº 5927/2006, Processo nº 2535/2004, com o esclarecimento dado na Decisão nº 2204/2007, Processo nº 36133/2005 (empregos em comissão exercidos na Administração Indireta do Distrito Federal) e da Decisão nº 4223/2006, Processo nº 7679/2005, com a recomendação disposta pela Decisão nº 3727/2007 (cargos exercidos na área federal). Como exemplo, o procedimento no Processo nº 4982/1990, de interesse de **Joaquim Dantas Nunes** (fls. 65/92).

2.4.1.2 Causas e efeitos

63. No geral, a estrutura remuneratória dos servidores e pensionistas da SEF guarda conformidade com o previsto nos normativos pertinentes, de acordo com as tabelas de vencimentos respectivas e com base nos cargos, classes e padrões consignados no SIGRH, o que indica a consistência dos procedimentos adotados pelos setores responsáveis da jurisdicionada. As inconsistências encontradas cingiram-se a pagamentos irregulares de parcela de ATS, envolvendo alguns servidores inativos, por conta de inobservância a



rotinas de fechamento de folha de pagamento, de que trata normativo do órgão gestor de pessoal do GDF (SEAP), como os de servidores contemplados por decisões judiciais.

64. O acompanhamento do desfecho das ações judiciais objetiva otimizar a fiscalização do Tribunal de Contas em relação aos servidores ativos e inativos envolvidos. Nessa situação, cumpre à Corte de Contas verificar o adequado cumprimento dos termos das deliberações judiciais, em especial, aquelas transitadas em julgado. Nesse quesito apurou-se parcial adequação, uma vez que medidas complementares se fazem necessárias.

65. A edição do novo regimento interno, bem como a conformidade do cálculo das vantagens decorrentes de cargos e funções na administração direta e na esfera federal com as orientações do TCDF, demonstram o empenho do órgão no atendimento das deliberações da Casa.

(...)

3 CONCLUSÃO

67. A par dos resultados apurados no decorrer dos trabalhos da presente Auditoria de Regularidade, levada a efeito na Secretaria de Fazenda - SEF, a equipe designada conclui pela regularidade, com ressalva, tendo em vista algumas impropriedades detectadas, dos aspectos financeiros de concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz da Decisão nº 77/2007 e do cumprimento de decisões desta Corte.

68. No respeitante ao pagamento em pecúnia de períodos de licenças-prêmio não gozadas e à concessão de abono de permanência, a equipe posiciona-se pela regularidade dos procedimentos adotados pela SEF ante a consistência nos controles internos, apurada via auditoria de sistemas e análise documental, uma vez que apenas uma impropriedade foi apurada, no tocante à aplicação do teto remuneratório distrital.

4 PROPOSIÇÕES

69. Pelo exposto, sugere-se:

I. tomar conhecimento do presente relatório de auditoria e dos documentos juntados aos autos às fls. 05/92;

II. tomar conhecimento também das providências adotadas para atendimento da Decisão nº 1536/2013, proferida no Processo nº 8030/2009, que tratou de auditoria anterior na SEF, nos seguintes moldes:

a) do deslinde favorável aos respectivos interessados das seguintes ações judiciais:

*a.1) Mandado de Segurança nº 2003.00.2.007536-3, de **Silmar Batista Lacerda**, que restabeleceu a forma de pagamento da parcela de 84,32% nos moldes anteriores (item II.1);*

*a.2) Ação de Anulação de Ato Administrativo nº 2011.01.1.171909-0, de **Antonio Carlos Dias de Almeida**, que*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

determinou a cessação dos descontos relativos ao recebido indevidamente a título de quintos/décimos, bem como a devolução ao interessado do que já fora descontado (item II.2);

*a.3) Mandado de Segurança nº 2010.01.1.190870-5, de **Delma Guedes Ferreira**, que dispensou o ressarcimento do recebido pelo pagamento a maior dos anuênios (item II.3);*

b) da edição do Decreto nº 35.565/2014, que aprovou o novo regimento interno da Secretaria de Estado da Fazenda (item III);

c) da conformidade apurada em relação ao ajuste das vantagens incorporadas pelos servidores da SEF ao estabelecido pelas Decisões nº 5927/2006, proferida no Processo nº 2535/2004, com o esclarecimento dado pela Decisão nº 2204/2007, adotada no Processo nº 36133/2005 (empregos em comissão exercidos na Administração Indireta do Distrito Federal) e Decisão nº 4223/2006, proferida no Processo nº 7679/2005, com a recomendação disposta pela Decisão nº 3727/2007 (cargos exercidos na área federal) (item IV).

III. ter por cumpridas as Decisões TCDF constantes do Quadro I deste relatório, à exceção da referente à Dionísio Tavares da Câmara;

IV. ter por regulares:

*a) os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, constantes do Quadro II, à exceção de **Hélida Lozi Ferreira**, matr. 252220, **Humberto Montania Netto**, matr. 463078, e **Magna Maria dos Santos de Medeiros**, matr. 310107, por apresentarem impropriedade no pagamento da parcela de ATS;*

b) os procedimentos de conversão em pecúnia de LPA dos servidores da jurisdição, constantes do Quadro IV, ressalvados os pagamentos excedentes ao teto remuneratório citados no Quadro V;

V. determinar à Secretaria de Estado de Fazenda que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências a seguir relacionadas, encaminhando ao Tribunal, e aos respectivos processos de concessão, a documentação que comprove as medidas implementadas:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

- a) regularize o pagamento da parcela de ATS em relação aos servidores aposentados **Hélida Lozi Ferreira**, matr. 252220, **Humberto Montania Netto**, matr. 463078, e **Magna Maria dos Santos de Medeiros**, matr. 310107, atentando para a correta condição de cálculo no SIGRH;
- b) efetue o levantamento dos pagamentos de LPA em pecúnia que não observaram, na base de cálculo para apuração do valor devido, o teto remuneratório distrital vigente à época da conversão, verificando a existência de outros casos semelhantes, além dos dispostos no Quadro V (servidores **Adelcio Pereira Caldas**, 46.219-5, **Antonia do Prado Bezerra Brandão**, 25.231-X, **Clovis Emilio Costa Nogueira**, 110.535-3, **Danilo Alves**, 24.453-8, Genilda Fontenelle Rodrigues, 25.218-2, **Geraldo Eudoxio Candido de Lima**, 23.112-6 e **Hilda Sanches de Sena**, 24.460-0). Na apuração para fins de ressarcimento ao erário, devem ser observados o disposto no artigo 119 da LC nº 840/2011, os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem assim a incidência da prescrição quinquenal.
- c) verifique a regularidade do pagamento constante da parcela de ATS no SIGRH, condição de cálculo zero(0), em relação aos servidores **Ageu Ferreira de Oliveira**, matr. 00213829 (exercícios de 2011, 2012 e 2013) e **João Wagner de Freitas Quaresma**, matr. 00463515 (exercícios 2011 a 2014);
- d) deduza os valores já descontados no período de dezembro de 2003 a fevereiro de 2007, no total de R\$ 20.903,95, do montante apurado para fins de ressarcimento ao erário, em razão do pagamento de proventos ao servidor **Roldão Alves dos Reis** (Processo nº 055.022322/1999-GDF), na proporção de 35/35 em vez de 30/35 avos, conforme determinado no item II.4, "b", da Decisão nº 1536/2013; e,

VI. determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Fazenda que:

- a) atente para as rotinas de verificação da folha de pagamento disciplinadas pela SEAP, por meio do art. 1º da Portaria nº 32, de 3/5/2011, de modo a evitar pagamentos incorretos, a exemplo do ATS;
- b) observe o teto remuneratório vigente na base de cálculo utilizada na apuração dos valores a serem pagos a título de conversão em pecúnia de LPA; e.
- c) acompanhe o deslinde da ADI 2012.00.2.023636-5 ajuizada no TJDF e adeque, após o trânsito em julgado da ação, os valores das parcelas de décimos (VPNI – Lei nº 4.584/2011) dos servidores relacionados no Quadro III deste relatório, bem como das situações análogas;

VII. em relação aos servidores **Antonia Iraide Alves Bizerra**, **Antonio Lacerda Azevedo**, **Carlos Resende Pinto**, **Roberto Magno de Matos**, **Aldenora Ferreira da Costa**, **Maria Betânia Mota Pinto**, **Nazare Torres de Almeida Pinto** e **Nizeth Barreira Lustosa**, autorizar o acompanhamento do Processo nº 2009.01.1.082.735-9, que versa sobre parcela de URP de fevereiro de 89, em futura auditoria;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

VIII. dar conhecimento à Secretaria de Estado de Administração Pública do DF – SEAP, na função de órgão gestor de pessoal do GDF (art. 15 do Decreto nº 21.170, de 05/05/00, c/c art. 27 do Decreto nº 32.716, de 1º/01/11), da existência de servidores inativos no SIGRH, empresa 990 (IPREV), percebendo parcela constante de ATS, condição de cálculo zero(0), conforme abaixo relacionados, para enviar gestões junto aos órgãos envolvidos para exame da regularidade e correções pertinentes, dando ciência ao Tribunal, no prazo de 30(trinta) dias, do desfecho das providências adotadas.

UA	MATR	SERVIDOR
001	00256625	RITA ANTONIA DOS SANTOS SOUZA
006	0023026x	NAZARETH CARNEIRO
008	00999458	AMERICO EUSTAQUIO CORREA DE PAULA
013	00046922	APARECIDA AZEVEDO SCANDIUCCI
016	00018708	LEILA ALMEIDA DA COSTA FERNANDES
	00391255	ANTONIO DE SOUZA FILHO
	00391271	MARIA ESMERALDINA MARCOS
046	01028138	SUELI APARECIDA MARTINS
	01030310	JOSE DE PAIVA GALVAO
	01033913	JOAO RODRIGUES DOS SANTOS
	01034766	SONIA FORTES DO PRADO

IX. autorizar a:

- a) SEFIPE a verificar, em roteiro de futura auditoria, o desfecho da matéria tratada no item II da Decisão nº 3459/13; e,
b) remessa de cópia do Relatório de Auditoria à Secretaria de Estado de Fazenda do DF, para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público aquiesce parcialmente às sugestões apresentadas pela unidade técnica:

26. De início, cabe ressaltar que este **Parquet** especializado possui entendimento **parcialmente congruente** com o trazido pelo zeloso Corpo Técnico.



27. As providências sugeridas no item V, letras **a, c e d** (fl. 124) remetem à regularização de aspectos da vida funcional de aposentados e pensionistas da SEF/DF, pormenorizadas no Relatório de Auditoria nº 8/2014 (fls. 93/126), as quais devem se adequar às disposições das legislações da espécie.

28. De outro lado, esta **Quarta Procuradoria** não segue a mesma linha traçada pelo Corpo Técnico quanto à incidência do teto remuneratório nas parcelas decorrentes da conversão da LPA em pecúnia, com respaldo nas disposições da LC nº 840/2011, conforme explanação contida nos itens 19 e 20 deste **Parecer**, da qual decorreu a sugestão de determinação contida na letra **b**, do item V (fl. 124). Explico.

29. Diferentemente dos apontamentos feitos pela Equipe de Auditoria, as disposições da LC nº 840/2011 **parecem excluir** do valor do teto de remuneração as **vantagens de caráter indenizatório**, entre as quais estão os créditos decorrentes da conversão de licença-prêmio em pecúnia. Essa a inteligência dos arts. 70, § 2º e 101, da LC nº 840/2011, **in verbis**:

‘Art. 70. A remuneração ou o subsídio dos ocupantes de cargos e funções públicos da administração direta, autárquica e fundacional, incluídos os cargos preenchidos por mandato eletivo, e os proventos, as pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

(...)

§ 2º **Excluem-se do valor do teto de remuneração** o décimo terceiro salário, o adiantamento de férias, o adicional de férias, o auxílio-natalidade, o auxílio pré-escolar e **as vantagens de caráter indenizatório.**’ (Grifos acrescidos).

(...)

‘Seção IX

Das Vantagens de Caráter Indenizatório

Subseção I

Das Disposições Gerais

Art. 101. **Tem caráter indenizatório** o valor das parcelas relativas a:

I – diária e passagem para viagem;

II – transporte;

III – alimentação;

IV – creche ou escola;

V – fardamento;

VI – conversão de férias ou de parte delas em pecúnia;

VII – abono de permanência;



VIII – **créditos decorrentes de** demissão, exoneração e aposentadoria, ou relativos a férias, adicional de férias ou **conversão de licença-prêmio em pecúnia.**⁵ (Grifos acrescidos).

30. No tocante às sugestões contidas no item VI, como em linhas volvidas, novamente este **Parquet** se alinha ao Corpo Instrutivo, ante a recomendação sugerida no sentido de determinar à jurisdicionada que observe as rotinas de verificação da folha de pagamento, disciplinadas pela então SEAP por meio da Portaria nº 32/2011, a fim de evitar a incorreção nos pagamentos, a exemplo da parcela do ATS, na forma identificada na auditoria.

31. Nesse aspecto, relevante destacar a extensão feita na apuração no SIGRHWEB, empresa 990, IPREV, a fim de verificar a repercussão do problema identificado com o registro da condição de cálculo zero (0), que mantém o ATS inalterado para inativos. Essa análise resultou na constatação dos casos relacionados no Quadro VI, à fl. 117.

32. Nesse sentido, esta **Quarta Procuradoria** também entende que se deva dar conhecimento à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, sucessora da então SEAP, para que, por força de sua atuação e competência na gestão de pessoas do GDF, a teor do que dispõe o art. 17, I, do Decreto nº 36.236/2015, tome conhecimento da existência de servidores inativos no SIGRH, empresa 990, IPREV, que percebem parcela constante de ATS, condição de cálculo zero (0), na forma detalhada no Quadro VI, e promova gestões junto aos demais órgãos distritais para exame da regularidade e correções pertinentes, dando ciência ao e. **TCDF** do desfecho das providências adotadas.

33. Igualmente, faz-se necessário que o órgão auditado adote as providências de adequação dos valores das parcelas de décimos, VPNI, após decisão e trânsito em julgado da ADI nº 2012.00.2.023636-5.

34. **Por fim**, vale mencionar que o art. 41, § 2º, da LC nº 1/1994⁵ e a Resolução nº 271/2014-TCDF⁶ estabelecem que os resultados das

⁵ “Art. 41. Para assegurar a eficácia do controle e para instruir o julgamento das contas, o Tribunal efetuará a fiscalização dos atos de que resulte receita ou despesa, praticados pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, competindo-lhe, para tanto, em especial:

(...)

§ 2º O Tribunal comunicará às autoridades competentes o resultado das inspeções e auditorias que realizar, para as medidas saneadoras das impropriedades e faltas identificadas.”

⁶ “Art. 1º A comunicação a que se refere o art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 01/94 destina-se exclusivamente ao órgão ou à entidade fiscalizada e será precedida de concessão de prazo ao Gestor para apresentação de considerações circunstanciadas sobre as questões, os achados e as propostas de correção ou de melhorias contidas em Relatório Prévio de auditoria ou de inspeção.

§ 1º A apresentação de considerações referida no caput tem o objetivo de dar ao órgão ou entidade fiscalizada a oportunidade de exercer o direito prévio de manifestação, conhecendo e questionando o trabalho de auditoria ou de inspeção, e seu conteúdo subsidiará a deliberação de mérito, pela Corte de Contas, do Relatório Final, em especial as propostas que possam afetar direitos ou interesses da entidade fiscalizada, e será requerida ao Gestor por meio de Despacho Singular exarado pelo Conselheiro-Relator.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

*auditorias realizadas pelo c. **Tribunal** (relatórios prévios) deverão ser encaminhados previamente às autoridades competentes para a apresentação de considerações circunstanciadas sobre as questões, os achados e as propostas de correção ou de melhorias contidas em Relatório.*

*35. Desse modo, este **Parquet** especializado, malgrado a análise feita neste **Parecer**, sugere ao c. **Plenário**, antes de sua conclusão definitiva, o encaminhamento do Relatório de Auditoria nº 8/2014 ao auditado para que se manifeste previamente sobre os achados e proposições contidas no documento técnico.*

*36. Ante o exposto, este **Representante Ministerial** acompanha parcialmente das sugestões emanadas da Divisão de Fiscalização de Pessoal, divergindo tão somente do item V, **b**, das proposições contidas às fls. 122/126.*

É o relatório.



VOTO

Com razão o douto Ministério Público.

De fato, o art. 41, § 2º, da Lei Complementar n.º 01/94 e o art. 1º, § 1º, da Resolução n.º 271/14 estabelecem que os resultados das auditorias realizadas pelo Tribunal (relatórios prévios) sejam encaminhados previamente às autoridades competentes para a apresentação de considerações circunstanciadas sobre as questões, os achados e as propostas de correção ou de melhorias neles contidas.

Nessas condições, penso que o Tribunal deve encaminhar o Relatório de Auditoria n.º 08/14, da Secretaria de Fiscalização de Pessoal, e o Parecer n.º 77/15, da Quarta Procuradoria, aos titulares da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização para que se manifestem previamente sobre os achados e proposições neles contidas.

Ante o exposto, em harmonia com o Ministério Público, VOTO por que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a) do Relatório de Auditoria n.º 08/14, da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCDF (fls. 93/127);
- b) do Parecer n.º 77/15 - ML (fls. 130/141);

II. determine:

- a) com fulcro no art. 1º, § 1º, da Resolução n.º 271/14, c/c o art. 41, § 2º, da Lei Complementar n.º 01/94, a remessa de cópia dos documentos de fls. 93/127 e 130/141 aos titulares da Secretaria de Estado de Fazenda e da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização, para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre as questões, os achados e as propostas de correção ou de melhorias neles contidas, fazendo constar, em caso de discordância, seus argumentos e eventual documentação comprobatória; e
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.

Sala das Sessões, 05 de março de 2015.

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator